UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IX
COLEGIADO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)

VALDETE SILVA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO BÁSICA E IDEB: UM DESAFIO PARA PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL EM ANGICAL/BAHIA

BARREIRAS – BAHIA

2021

VALDETE SILVA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO BÁSICA E IDEB: UM DESAFIO PARA PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL EM ANGICAL/BAHIA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - *Campus* IX da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador (a): Profº Me. Fábio de Oliveira.

BARREIRAS – BAHIA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237e Santos, Valdete Silva dos

Educação básica e IDEB: um desafio para professores da escola pública municipal em Angical- Bahia / Valdete Silva dos Santos. - Barreiras, 2021.
48 fls.

Orientador(a): Prof. Fábio de Oliveira.
Inclui Referências
TCC (Graduação - Ciências Biológicas) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus IX. 2021.

1.Educação básica. 2.Formação continuada. 3.Professor.

CDD: 371

VALDETE SILVA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO BÁSICA E IDEB: UM DESAFIO PARA PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL EM ANGICAL/BAHIA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade do Estado da Bahia como um dos pré-requisitos obrigatórios para a obtenção de grau de Licenciada em Ciências Biológicas.
Orientador: Prof. Me. Fábio de Oliveira

Aprovada em: 10/11/2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Fábio de Oliveira
Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal da Bahia - (UFBA)
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* IX

Profa. Esp. Luciane Regina Maurer Felipiak
Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV)
Professora do Colégio e Curso Gauss Connect Olimpo em Barreiras

Profa. Esp. Valdete Alves Cezar
Especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade João Calvino
Professora do Colégio de Aplicação Octavio Mangabeira em Barreiras e Escola Senador Antônio Carlos Magalhães em Angical

Prof. Esp. Clauberto Felipiak
Especialista em Manejo Integrado de Fauna e Flora pela Universidade do Estado do Paraná - (Unespar) Professor sub. da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* IX

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, meus sinceros agradecimentos a Deus, energia que está em tudo e concede a dádiva da vida, e posterior acessibilidade as possibilidades infinitas.

A minha família, em excepcional a minha mãe Edna Silva de Castro e ao meu pai Gildásio José dos Santos pelo amor e apoio por toda minha existência.

Ao meu esposo Eduardo dos Santos Ferreira pelo incentivo e exemplo de pequeno grande homem que é em minha vida, meu verdadeiro e para sempre amor.

A minha filha Larissa Silva de Castro Santos pela compreensão e amor, por me ouvir nas horas de dificuldade e sempre conselheira e cheia de charme e amor. A minha pequena Isis Vitória que já denota sabedoria e amor.

Ao meu Orientador, Fábio de Oliveira, pelas palavras de incentivo, apoio e ajuda durante todo o curso e em especial na Monografia.

As amigas/irmãs Felina Bulhões e Taíse Rodrigues pelo incentivo e exemplo de força e resistência diante dos desafios. Aos colegas da turma de 2016.1 que estiveram comigo neste aprendizado. Aos amigos, Arlindo Santiago, Rafael Alves, e todos que de alguma forma, contribuíram com meu aprendizado.

A todos os professores e funcionários da UNEB Campus IX que de forma direta ou indireta contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos professores que vieram contribuir com curso de férias na UNEB, abdicando do descanso para nos oferecer o melhor para formação.

Aos professores, diretores, e estudantes das escolas que passei nos estágios, onde além de ter sido bem recebida, aprendi muito.

Em síntese, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse alcançar esse objetivo.

“Uma longa viagem começa com um único passo”

Lao – Tse

RESUMO

Diante dos desafios por uma educação básica de qualidade, em que aprendizado é ponto central para docentes, se faz necessário conhecer os resultados acerca das avaliações como o IDEB, para poder questionar e refletir as melhores estratégias para se alcançar as metas almejadas. Este trabalho objetivou analisar a partir do professor a relação entre os resultados do IDEB e os mecanismos de interferência disponibilizados pelo Poder Público para melhoria da qualidade da Educação Básica no município de Angical, no Oeste da Bahia. Para isso, foram aplicados questionários aos professores do Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira da cidade de Angical Bahia, única escola da sede do município que contempla o Ensino Fundamenta II. Esta pesquisa de campo é de cunho qualitativa, exploratória e segue o viés do Materialismo Histórico Dialético. A análise permitiu identificar que há fragilidades quanto aos recursos didáticos disponibilizados aos professores, elevando a precarização da estrutura escolar, mesmo o município investindo em formação continuada. Portanto, para melhorar a qualidade da Educação Básica é preciso elaborar políticas públicas com investimentos suficientes e que agregue, valorize e auxilie os professores.

Palavras-chave: avaliação, metas, qualidade, Ensino Fundamental II.

ABSTRACT

Faced with the challenges for quality basic education, in which learning is a central point for teachers, it is necessary to know the results of assessments such as the IDEB, in order to question and reflect on the best strategies to achieve the desired goals. This study aimed to analyze from the teacher the relationship between the results of IDEB and the interference mechanisms provided by the Public Power to improve the quality of Basic Education in the municipality of Angical, in the west of Bahia. For this, questionnaires were applied to the teachers of the Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira in the city of Angical Bahia, the only school in the municipality that contemplates the Fundamenta II Education. This field research is qualitative, exploratory and follows the bias of Dialectical Historical Materialism. The analysis allowed us to identify that there are weaknesses regarding the teaching resources made available to teachers, increasing the precariousness of the school structure, even the municipality investing in continuing education. Therefore, to improve the quality of Basic Education, it is necessary to develop public policies with sufficient investments that add, value and help teachers.

Keywords: evaluation, goals, quality, Elementary School II.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96)

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNE – Plano Nacional da Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 01- Localização geográfica do município de Angical - BA.....25

FIGURA 02- Entrada do Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira.....27

FIGURA 03- Área externa e a quadra poliesportiva.....28

FIGURA 04- A profissão contempla realizações pessoas e econômicas 34

FIGURA 05- O IDEB contempla a realidade da escola pública em Angical.....35

FIGURA 06- Interesse em buscar dados referente a avaliação do IDEB na escola que trabalha.....36

FIGURA 07- O município de Angical oferece subsídios para formação continuada.....37

FIGURA 08 - Os dados do IDEB são utilizados para planejamento de ações pegagógicas.....38

TABELA 01 - Notas do IDEB do município de Angical.....32

TABELA 02 – Notas do IDEB no Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira.....32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....14

2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....14

2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OS ENTRAVES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....17

2.3 OS PROFESSORES E OS DESAFIOS DIANTE DO IDEB.....21

3 METODOLOGIA.....24

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....24

3.1.1 O MUNICÍPIO DE ANGICAL NA BAHIA.....24

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....25

3.3 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS.....26

3.4 OS SUJEITOS E O ESPAÇO DA PESQUISA.....27

3.5 OS DADOS E A INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA.....28

3.6 A BASE LÓGICA DA PESQUISA E O MÉTODO INVESTIGATIVO.....29

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....31

4.1 O IDEB E SUA ABORDAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL II EM ANGICAL/BAHIA.....31

4.2 AS ESTRATÉGIAS DOS PROFESSORES E SEUS DESAFIOS DIANTE DA PROBLEMÁTICA.....33

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....40

REFERÊNCIAS.....41
APÊNDICES.....45

1 INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira, importante condutora no processo de desenvolvimento da população, se constituiu por influências externas das políticas internacionais. Dialeticamente, essas políticas nem sempre denotaram capacidade de lidar com as realidades intrínsecas da sociedade brasileira. A educação é criadora de possibilidades de desenvolvimento social e requer fundamento histórico e cultural para sustentar a capacidade de lidar com os sujeitos que estão inseridos no contexto educacional.

A formalidade educacional manifesta para promover cidadania, autonomia, interpretação e argumentação que vão além de escrita e leitura, mas demanda habilidades necessárias ao enfrentamento de atividades desafiadoras no decorrer da vida. Neste sentido, o professor é personagem importante nos processos da construção educacional e social, tendo que lidar com tensões, seus desafios frente aos índices nas avaliações como o IDEB, buscam trabalhar pela qualidade educacional. Entender as avaliações para que a finalidade seja a qualidade e sua dimensão vai além de avaliar alunos, mas um conjunto de sujeitos distribuídos por toda a comunidade escolar.

As avaliações institucionais, especialmente em 2007 o IDEB carrega os parâmetros para medir a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Mas, devido a importância que este tema apresenta, e tendo em vista os anseios por uma Educação de qualidade, e diante dos modelos hegemônicos avaliativos, convém análise da problemática desta pesquisa: em que medida o IDEB reflete a realidade da escola pública do município de Angical na Bahia?

Seguido o questionamento, o objetivo geral foi analisar a partir do professor a relação entre os resultados do IDEB e os mecanismos de interferência disponibilizados pelo Poder público para melhoria da qualidade da educação básica no município de Angical, no Oeste da Bahia.

Com o objetivo geral traçado, foram elaborados alguns objetivos específicos a se saber:

i. Identificar como Angical que faz parte da Região Oeste da Bahia, região considerada desenvolvida e promissora, lida com índices que indicam uma educação precária;

ii. Avaliar a relação entre o IDEB e os professores de escolas municipais no município de Angical/Bahia;

iii. Verificar as médias do IDEB no município, e identificar se Angical oferece recursos de apoio para que o professor esteja em formação continuada.

As estratégias metodológicas, os saberes locais, além das especificidades regionais não conseguem ser avaliados pelo IDEB, uma vez que a realidade é local. Entretanto, a hipótese é de que os baixos índices do IDEB refletem a desigualdade social que acomete a maioria dos estudantes, a precarização das estruturas escolares, as dificuldades na formação profissional docente, a deficiente formação continuada, os recursos didáticos precários e na falta de prioridade com a educação por parte do Poder Público. Diante desta situação, os resultados não se restringem apenas as escolas, alunos e professores, mas a um processo sutil da carência do compromisso com uma educação emancipadora.

Esta pesquisa consistiu em investigar os processos avaliativos como o IDEB integrados à rotina escolar, uma vez que à medida que são discutidos nos cursos de formação, visa completar lacunas relativas aos cursos de formação inicial como as licenciaturas.

Portanto, conhecimentos relativos ao sistema educacional brasileiro se justificam nos cursos de licenciaturas, para entender as dinâmicas que regem a busca na qualidade do ensino, uma vez que os cursos de formação de professores são espaços para disseminar e entender o conhecimento na busca das futuras ações na prática docente.

Este trabalho tem lugar de relevância social uma vez que ao conhecer a realidade do professor, é possível traçar um plano que contemple instrumentos que visem às melhorias das condições de trabalho docente. À medida que norteará professores do município da sua importância na discussão dos processos que regem a busca e os desafios por uma educação básica municipal de qualidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica está distribuída em três tópicos: o primeiro explora o contexto histórico com o foco na evolução que o tema avaliação tem desempenhado no contexto das organizações internacionais. O segundo versa sobre o contexto da educação brasileira e os entraves na qualidade, e o terceiro tópico demonstra sobre a situação dos professores diante dos desafios enfrentados na busca por condições favoráveis na profissão e no enfrentamento das avaliações como o IDEB.

2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Quando se aborda avaliação instrumental educacional, não se repele a necessidade da avaliação, porém, existe carência de um contexto apropriado onde o significado da consciência crítica e autocrítica das relações entre professores e alunos sejam efetivas, bem como a capacidade pedagógica de direcionar os problemas educacionais, e também as condições externas ao ambiente escolar que como resultado aprofunda os baixos índices nas avaliações (DEMO, 2004).

Segundo Coelho (2008), a avaliação na Educação Básica tem por finalidade monitorar e promover a avaliação externa imposta para auxiliar na busca por melhores estratégias para alcançar a qualidade. No Brasil, o SAEP (Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau) é substituído pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), e houve a primeira aplicação de provas em 1991 com assistência do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Em 1995 houve reestruturação para que pudessem haver comparação do desempenho das notas obtidas e a partir de levantamentos, permitir ao Ministério da Educação acompanhar a evolução da qualidade da educação no país.

A globalização emerge da necessidade de processos que buscam expandir econômica, social e culturalmente para ampliar negociações. Com a expansão da internet, a língua inglesa com dominância de relações internacionais, as políticas de globalização neoliberais adentram os espaços de países pobres para desenvolver, restaurar modelos, e impor normas principalmente com relação às políticas avaliativas da educação. Entretanto, à medida que as situações globais se modificam, a intenção de melhora da qualidade de vida mundial se transmuta em programa deliberado de dominação (GUIMARÃES – IOSIF, 2009).

As mãos visíveis do capital ditam as normas principalmente para os países em desenvolvimento. A educação brasileira neste sentido é um subproduto cultural com história de domínio imposto de fora para dentro, do centro para periferia. Portanto, a educação representa um problema social grave que impede a construção de uma sociedade democrática efetivamente (GUIMARÃES-IOFIF, 2009).

Conforme Guimarães-Iosif (2009), como resultado dos efeitos do neoliberalismo na educação, as políticas de avaliação de aprendizagem lançadas a âmbito nacional e internacional, limitam-se a dimensão formal da educação, enfatizando apenas as áreas de Matemática, Ciências e Língua materna, deixando para escanteio as questões sociais, históricas, geográficas, dimensão política e crítica.

Para Libâneo e Toschi (2012) a nível nacional, a consolidação da legislação educacional traça bases da implementação de políticas avaliativas, assegurada na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil), no Artigo 9º que estabelece que o processo nacional de avaliação do rendimento escolar, seja na Educação Básica ou Nível Superior, é de atribuição da União. Também comungam da ideia de que os Estados e municípios possam decidir por aplicar avaliações internas nos sistemas de ensino.

Existe dualidade intrínseca na avaliação educacional, que hora serve de controle e regulação pelo Estado, também serve como mecanismo de introdução da lógica do mercado. Para eles, os critérios avaliativos revelam a posição de quem está impondo, sendo por isso, que enfatizam a medição do desempenho escolar por meio de testes padronizados, numa concepção objetivista de avaliação (LIBÂNEO E TOSCHI, 2012).

Os instrumentos de avaliação nacional em curso na política educacional brasileira visam, especificamente, à realização de avaliações de diagnóstico - em larga escala, por meio de testes padronizados e questionários socioeconômicos - da qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. Implementados pelo governo federal para a educação básica desde 1994, são eles: o Saeb (1994), Exame Nacional do Ensino Médio - Enem (1998), Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja (2002), Prova Brasil (2005), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB (2007), Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente (2010), (LIBÂNIO e TOSCHI, 2012).

A consolidação de Organizações Intergovernamentais Internacionais no período pós-guerra regidos aos interesses econômicos para estabilização do sistema de relações internacionais com características em balancear o poder, zonas de influência, o direito internacional e a estabilidade hegemônica. Assim, esse período é um marco na consolidação da

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobretudo para estabilidade norte americana (DAROS JR., 2013).

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), foi elaborada por dezesseis países em 1947, com o foco em estabelecer práticas de desenvolvimento. Estruturada para atuar sobre as mais variadas áreas, economia, ciência, comércio, emprego, mercado financeiro e educação, com levantamento de dados, análise, discussão e orientação para os países como publicar os resultados. O Brasil faz parte do processo de adesão, porém, não integra a OCDE, existe uma estratégia que estabelece vínculos com países emergentes, principalmente com acordo no campo educacional. Desde 2000, o Brasil participa de avaliação de desempenho em larga escala, onde participa do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). A implementação do PISA é de responsabilidade do Instituto Nacional Anísio Teixeira (DAROS JR. 2013).

O final da Guerra Fria, o tema educação passou a ser incorporado no discurso desenvolvimentista, tema dominante nas conferências internacionais com a adoção "educação para o desenvolvimento". As organizações não governamentais e organismos internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial, participam de conferências para viabilizaram a produção de declarações, convenções, planos de ação, com objetivo de criar princípios e práticas educacionais para serem aplicadas nos 189 países (BERNUSSI, 2014).

Para Chirinéia e Brandão (2015), a análise da qualidade educacional e o aflorar estratégias de avaliar os processos educativos por meio das avaliações de larga escala estão também contemplados na Constituição Federal de 1988, nos artigos 206 e 209. O artigo 206 que estabelece o garantir padrões de qualidade como dever do Estado e como uma das diretrizes da educação brasileira, e o artigo 209 determina que o Poder Público deva realizar avaliações dos seus respectivos sistemas de ensino, com o intento de verificar a qualidade dos mesmos.

Para corroborar, Demo (2015) demonstra que quando a dimensão é a qualidade em educação, os fins não justificam os meios, uma vez que a educação garanta condição de superação da pobreza política, capaz de transformar a sociedade com autonomia. A educação é obra política no cerne, onde pode sair o discípulo ou o mestre que é o sujeito do seu desenvolvimento.

Segundo Gomes e Melo (2018), até meados da década de 1990, não havia medidas de avaliação da aprendizagem que pudessem produzir solidez com relação à qualidade de sistemas

de ensino no Brasil e assim, voltavam à escola pública do passado, como exemplo de qualidade. Mesmo com os problemas educacionais principalmente na educação básica, a escola preferia adotar postura excludente e pouco era o acesso ao ensino-aprendizagem, levando a adoção de reforma em educação e política de avaliação com o foco em promoção de qualidade e eficiência do ensino.

De acordo com o Portal do Mec, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do MEC é responsável pela criação do IDEB em 2007. O IDEB trabalha com indicador nacional que permite monitorar a qualidade da educação no país, e é calculado a partir de dois componentes que são a aprovação do aluno ou taxa de rendimento na escola e as notas que refletem médias de desempenho em exames aplicados pelo Inep. Portanto, o objetivo principal é que o país consiga 6 pontos no Ideb da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022, pois é equivalente à média dos estudantes dos países da OCDE e, a somatória do IDEB ao enfoque pedagógico permite traçar metas ao sistema de ensino para qualidade (BRASIL,2018).

Então, essa avaliação emerge das pressões do mercado internacional na tentativa de equiparar as notas, e medir a qualidade do aprendizado em âmbito nacional, e buscar estabelecer metas para a melhoria do ensino. São analisadas as médias de desempenho como a Prova Brasil nas escolas dos municípios, e o Saeb para os estados e o País, realizados a cada dois anos, com o estabelecimento de metas para alcançar 06 pontos até 2022, média esta que correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos (BERNUSSI, 2014).

As políticas relacionadas a educação emergem ideologicamente de bases econômicas do mercado que priorizam o estado mínimo. Uma demanda permanente na sociedade brasileira é educação pública de qualidade, que viabilize o aprendizado em congruência aos conteúdos curriculares, em que os alunos estejam preparados para além dos instrumentos de aferição da aprendizagem, como é o caso do IDEB, porém, preparados para exercerem plenamente sua cidadania (VOORWALD, 2017).

2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OS ENTRAVES NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A qualidade da Educação Básica no Brasil se fez por tentativas e mudanças, principalmente no concretizar legislação para melhor contribuir com a sociedade. Conforme dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o primeiro Plano Nacional de Educação

surge em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Este Plano, na sua base, se apresenta como um conjunto de metas de quantidade e qualidade para serem alcançadas no prazo de oito anos (BRASIL, 1962).

A ideia de um plano nacional de educação de longo prazo, ganha força de lei na Constituição Federal de 1988, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação, com a avaliação educacional associada à qualidade na Educação Brasileira (BRASIL, 1988).

Segundo Werebe (1994), em dezembro de 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Com a referência de qualidade subtendida. Esta Lei teve como centralidade o reafirmar a articulação móvel entre vários ramos e atenuar apenas o isolamento do ensino secundário, evitando, até certo ponto, que, uma vez tendo ingressado em determinado curso médio, o aluno ficasse limitado às perspectivas profissionais ou educacionais a ele restritas.

A educação é um direito fundamental assegurado desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e reafirmado, posteriormente, em vários pactos internacionais. Entretanto, esse direito tem sido negado para muitas pessoas em todo cenário mundial, principalmente quando se fala da população de baixa renda dos países pobres ou de países com desigualdades gritantes, como é o caso do Brasil. O cumprimento da legislação nacional no que se refere à oferta de educação de qualidade voltada para a formação e para o exercício da cidadania ainda não se tornou realidade, mesmo quase 20 anos depois da Constituição de 1988, considerada a “Constituição Cidadã” por ter garantido, pela primeira vez, os direitos básicos de todo brasileiro (GUIMARÃES-IOSIF, 2009).

A LDB de 1996 surge para corroborar o suporte na educação, e também garantir o acesso à educação fundamental. Assim, o acesso ao Ensino Fundamental se torna direito subjetivo, e, qualquer cidadão ou grupo, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público podem exigi-lo conforme o Artigo 5º da LDB (BRASIL, 1996).

O público é inserido no ambiente escolar, e a educação se torna direito, enquanto a qualidade nem sempre está em pauta, uma vez que o foco central é formar mão de obra para o trabalho. O artigo 21, a LDB denota a composição da educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, de modo que transporta as escolas em um novo cenário, pois, reafirma a educação como direito de todos com foco no desenvolvimento pleno

da pessoa, o construir a cidadania e moldar o sujeito apto ao mercado de trabalho (BRASIL, 1996).

Conforme Brasil (1996), a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade. Em consequência, o site do Planalto Federal (2001) apresenta a aprovação da Lei Nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, o que culminou no Plano Nacional de Educação (PNE), com foco principal, garantir o acesso e permanência, e garantir o ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 06 a 14 anos, para assegurar o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desta modalidade de ensino.

Posterior ao primeiro Plano Nacional de Educação, houve a construção do segundo plano, concretizado no Artigo 214 da CF/88 com duração decenal, e finalidade em articular o sistema Nacional de Educação e definir diretrizes, objetivos, metas, para implementar estratégias integradas de ações pelos poderes públicos das diferentes esferas federativas. Assim, se faz necessário combater a erradicação do analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, manter a melhoria da qualidade de ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica do País, além de também estabelecer metas de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988).

Em 2003, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado, com objetivo de erradicar o analfabetismo, democratizar o acesso ao Ensino Médio e Superior, melhorar a qualidade e reduzir/eliminar as desigualdades educacionais e sociais no Brasil.

Com relação as matrículas, se tornam obrigatórias aos 06 anos de idade no ensino fundamental em 2005, e em 2006 com a Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro há ampliação para nove anos de duração o ensino Fundamental, e as matrículas de crianças de seis anos de idade com prazo de implantação, pelos sistemas, até o ano de 2010 (BRASIL, 2018).

Apesar da significativa evolução ao acesso à escola, o aumento do tempo de permanência do aluno no ambiente escolar, nem sempre significa qualidade na educação dos sujeitos envolvidos. As políticas públicas precisam cuidar da qualidade formal, humana e política, além de ter capacidade de dar conta dos problemas internos da escola, e também formar o cidadão questionador, e que conhece seus direitos (GUIMARÃES-IOSIF, 2009).

Para Ferreira (2010), a educação brasileira no período de 1549 a 2000, o elitismo e exclusão estabeleceram uma relação na qual as duas concepções educacionais eram condições mútuas: quanto maior a exclusão, o elitismo abundava, e vice-versa. Através dessa forma de interpretar a história da educação é que se chega à conclusão de que o Brasil conheceu a escola

desde o período colonial, mas ela foi destinada a poucos. A partir da segunda metade do século XX, quando as classes populares passaram a ter acesso à escola, ficavam privadas dos conhecimentos clássicos universalmente reconhecidos pela humanidade.

Libâneo e Toschi (2012), demonstram a importância da educação básica, distribuídas na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, onde a finalidade é desenvolver o aluno, e assim assegurar formação indispensável para exercer cidadania e fornecer respaldo para progresso no trabalho, estudos, como sujeito autônomo.

A LDB também contribui para elaboração dos Paramentos Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, onde, a elaboração de uma política curricular buscou considerar as muitas leituras que podem ser feitas do seu texto, as práticas que podem originar e a influência da prática sobre a sua elaboração, determinando conteúdos gerais e metodologias a serem adotadas nas escolas de Educação Básica do país, nas modalidades de ensino, e os temas transversais, que servirão de suporte ao currículo (LESSA, 2012).

Quando se fala em qualidade da educação, é preciso diminuir a evasão e repetência, além de promover condição de exercício para cidadania. Para ser cidadão, é necessário participação na vida social e política, onde o espaço de participação e aprendizado é o ambiente escolar. Assim, não basta ensinar a ler, escrever e contar, mas ir além, considerando fatores exteriores como sociais, econômicos, culturais institucionais, e fatores no interior da escola que afetam o processo de aprendizagem e consequentemente a qualidade na educação (LIBÂNEO E TOSCHI 2012).

Segundo Brasil (2021), convém ressaltar que o país aderiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é documento de caráter normativo que definirá o conjunto de habilidades naturais e essenciais para que os alunos desenvolvam competências e habilidades durante os processos da escolaridade na educação básica. Formulada para nortear currículos dos sistemas e redes de ensino do país, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Para Silva (2015), a educação é reconhecida como o primeiro dos direitos sociais, que deve proporcionar acesso e qualidade a todos sem discriminação, fortalecer os princípios de equidade, cidadania e democracia. A educação de qualidade para todos nunca foi uma meta clara e com investimentos suficientes por parte dos governantes e das classes médias e altas da sociedade brasileira.

O modelo de qualidade ao qual o Brasil aderiu foi proposto pela OEA (Organizações dos Estados Americanos), que segue a proposta “qualidade total”. Guimarães-Iosif (2009),

questiona essa qualidade total, onde os princípios de qualidade total e neutralidade, seguem longe de nossa realidade escolar, principalmente devido ao fato de os alunos serem vistos como clientes e não como cidadãos.

Sobre a qualidade, Demo (2015) diz que há necessidade de avaliação qualitativa voltada às necessidades pedagógicas, seja material didático, professores, merenda escolar, horas de aula, entre outros, assim como:

> a) ação formativa dos professores, para além da ação informativa porque nela se decide a qualidade da cidadania que se constrói; a questão seria até que ponto apenas se instrui, ensina-se, domestica-se, e até que ponto existe a formação da consciência política crítica, capaz de emergir para a necessidade de organização da cidadania;
> b) convivência participativa dos alunos, para se perceber até que ponto são meros objetos da burocracia do ensino, chamados a escutar, a obedecer, a comportarem-se disciplinadamente, e até que ponto são atores de seu destino e para tanto recebem na escola o devido apoio;
> c) adequação política do material didático, sobretudo do livro de leitura e de estudo, para aquilatar as condições de formação política crítica do estudante, ao contrário de processos imbecilizantes e domesticadores; a questão seria descobrir até que ponto esse material é capaz de ajudar a construir no aluno o sentido de sujeito do próprio desenvolvimento;
> d) capacidade político-pedagógica do professor, demonstrada também nas condições de prática de sua própria cidadania; até que ponto possuem consciência crítica, sabem de seus direitos e deveres, interpretam a realidade social com discernimento ideológico, são organizados e assim por diante;
> e) convivência criativa entre a escola e comunidade, na condição de espaço privilegiado de discussão, formação crítica da cidadania popular; até que ponto a escola apenas reproduz a repressão social, ou alheia-se do mundo externo, ou torna-se mero referencial técnico-informativo; ou até que ponto alternativas de posicionamento político, tornando-se canal de participação (DEMO, 2015 p 34,35)

.

2.3 OS PROFESSORES E SEUS DESAFIOS DIANTE DO IDEB

Como esclarece Demo (2004), professor é o representante da dignidade social. Para se alcançar melhorias na escola é preciso cuidado em primeiro plano com o professor, com sua formação e o contínuo do processo de aprendizagem. Formador de formadores, assume seu espaço e encontra respaldo na vertente educativa e no cientifico, este se constrói na criatividade em fazer ciência, enquanto aquela entrelaça em habilidade de motivação que culminam em sujeitos críticos e criativos.

Segundo Lourençon (2005), é preciso reconhecer a formação inicial, e a capacitação em serviço como fundamentais no processo de aprendizagem e continuidade no aprendizado ao

longo da carreira docente, presando pela atualização contínua. Assim, ambas as modalidades são importantes e complementares assim como os saberes dos conteúdos disciplinares e o saber pedagógico. A qualidade da educação depende da formação docente.

Guimarães-Iosif (2009) sugere a formação de um professor seja trabalhada na perspectiva da educação de dimensões humanas, política e emancipatória que se ocupe com a formação do cidadão questionador, alfabetizado formal e politicamente. Profissional conhecedor das questões sociais e políticas de sua comunidade e do mundo. A educação como processo complexo, problematizador e dialógico de reflexão e ação constantes, prática que contrapõe opressão, desigualdade, pobreza (seja política ou financeira), e formas de injustiça social.

Há necessidade de valorização dos profissionais da educação, com particular atenção a ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores, garantir a valorização para que a liberdade econômica esteja atrelada ao estudo, oferecer condições dignas de carreira e salário (GUIMARÃES-IOSIF 2009).

Para corroborar, Chirinéia e Brandão (2015), demostram que, administrar os resultados do IDEB, e a qualidade nos processos educativos no Brasil, emerge da necessidade de precisão nos investimentos, principalmente com relação à qualidade da formação dos professores (inicial e continuada), melhoria nas condições de trabalho, salários dignos e infraestrutura adequada a excelência dos processos educativos.

O professor como sujeito que perpetua a lógica da produtividade, mesmo que expresse perfeitamente a competência de ensinar, nem sempre terá como resultado a melhoria que almeja, pois além das competências, outros fatores podem influenciar o alcance dessa meta desejada, como as condições físicas da sala de aula (iluminação, conforto térmico e nível de ruído), a adequação dos equipamentos e materiais didáticos disponíveis e a eventual existência de déficits de atenção entre seus alunos, entre outros, podem inferir em resultados não favoráveis no alcance de suas ações (LANDINI, PEREIRA, 2015).

Há duas realidades essenciais que são a natural e a histórica, esta precisa ser analisada para haver intervenção e melhores resultados, já aquela é importante para considerar que o sujeito não está em condição de marionete, entretanto, é sujeito das condições subjetivas, que no caminhar por salários melhores, formação contínua e condições favoráveis de trabalho, são protagonistas da história fundada nas lutas diárias (DEMO, 2015).

Alguns fatores como salário baixo, formação acadêmica deficiente, pobreza, desigualdade social, desvalorização da profissão docente, entre outros, evidencia a falta de

eficiência da escola pública com a necessidade de gerar um público capaz de construir e reconstruir conhecimento para se atingir metas impostas e conquistar a qualidade (LANDINI E PEREIRA, 2015).

A razão de ser docente se traduz pela práxis e intervenção do sujeito que transforma a sociedade. Nesse sentido, é um elemento fundamental e fecundo ao pensamento de se propor alcançar o fim que não é imediato, no produzir a razão como meta corroborando ao trabalho social docente (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2016).

O IDEB como prática de avaliação de ensino não avalia apenas o aluno, mais toda a escola. Porém avaliar vai além de questões puramente exteriores, uma vez que nem sempre as escolas estão respaldadas com momentos de participação coletiva. A qualidade educacional possui relação interior com os recursos disponibilizados como materiais, o ambiente, instalações compatíveis às necessidades de cada modalidade de ensino, aproveitamento do tempo escolar, currículo atrativo com significação e a tecnologia, proporcionam um ambiente adequado ao aprendizado. (MENEGAT, *et al*, 2016).

Para Gomes e Melo (2018), a avaliação tem aderido centralidade em políticas públicas com consequências no trabalho docente. Os efeitos produzidos pela globalização geraram competitividade entre os variados sistemas de ensino e em consequência causou tensões entre os atores na escola, seja direção, professores e alunos.

No contexto em que professores são pressionados a partir dos resultados das avaliações que medem a qualidade da educação, e a realidade nas relações de trabalho muitas vezes vem acompanhados de perdas de direitos adquiridos, Para Voorwald (2017) diz que é necessário demolir barreiras que estão impressos nos quadros social, moral e político, sendo imprescindível a construção do professor formador de ação transformadora que consiga superar as dificuldades e reestruturar o sentido da aprendizagem, que vai além do ambiente escolar, pois agrega melhoria das condições de trabalho a se contar pela estrutura da escola e apoio pedagógico que este necessita para seu trabalho. Assim, para auxiliar na busca pela qualidade da educação, se faz necessárias ações que agregadas na educação poderiam se converter em melhorias de condições.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada em algumas etapas, a seguir: a caracterização da área de estudo, caracterização da pesquisa, instrumentos e coletas de dados, os sujeitos e os espaços da pesquisa, os dados e a investigação da pesquisa, e a base lógica da pesquisa e o método investigativo. As etapas foram executadas ao longo da pesquisa e como objetivo primordial apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no Campus IX na Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

O método permite o amadurecer e tomada consciente do tipo de cientista em formação. Praticar o estudo da realidade para dirigir o espírito de investigação da verdade, conhecer os vários caminhos neste instrumento de fazer ciência (MEDEIROS, 2014).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Segundo a classificação do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE, 2020), Angical está situado na Zona Fisiográfica de Barreiras e pertence à bacia do São Francisco. Faz limite com os municípios de Barreiras, Catolândia, Cristópolis, Cotegipe e Riachão das Neves. Está inserido na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e na Microrregião de Cotegipe, com área da unidade territorial em 2020 de 1.530,050 km², com coordenadas geográficas de “12º 00’ 07” latitude Sul “44º 41’ 42” de longitude W. O censo de 2010 contabilizou aproximadamente 14.073 pessoas, com projeção estimada para 2020 de 13.938 pessoas no município. Localizada no Oeste da Bahia, a uma distância de 886 km da capital Salvador e 40 km de distância de Barreiras, é conhecida no Oeste da Bahia pela sua cultura local, que além da música, realiza diversos eventos de folclore.

3.1.1 O MUNICÍPIO DE ANGICAL NA BAHIA

Conforme o contexto histórico, o município foi constituído por Sesmaria em 1749, que era a Fazenda das terras pertencentes ao Conde da Torre. Os irmãos Almeida José Joaquim e Almeida e Joaquim Herculano de Almeida no século XVIII adquiriram estas terras. O município foi emancipado politicamente em 1890. O nome Angical foi devido haver muitas árvores Angico do Cerrado (*Anadenanthera falcata*).

Figura 01: Localização geográfica do município de Angical - BA.

Fonte: Google Earth (2021).

Apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município, em 2010 de 0,625, um índice baixo, uma vez que diversos fatores influem para que a qualidade de vida de seus munícipes seja inferior à média brasileira. Sua economia está pautada na dependência econômica, pois 96,8 % das receitas são oriundas das fontes externas (IBGE, 2020).

O município possui 25 escolas municipais, distribuídas em Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, também possui 01 escola de Ensino Médio o Colégio Estadual Aparício José da Silva que apresenta dois anexos, sendo um no Povoado de Mucambinho e o outro no Distrito de Missão do Aricobé. Esta pesquisa foi concretizada em uma escola de Ensino Fundamental II do perímetro urbano do município.

O município possui quantitativo de 08 escolas municipais na sede, sendo 02 creches, 05 escolas de Ensino Fundamental I e 01 de Fundamental II. O número de escolas nos povoados é de 17 escolas. No município totaliza 387 professores na ativa distribuídos nas escolas municipais.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para melhor embasamento da pesquisa, foi feito em primeiro plano um projeto que foi auxílio fundamental no planejamento e execução da abordagem. Em seguida, houve a necessidade de investigação e análise da literatura que se referisse ao tema, bem como o respaldo em livros, artigos científicos, com os principais teóricos como: Guimarães-Iosif (2009), Pedro Demo (2002, 2004. 2015), Libâneo e Toschi (2012), Medeiros (2014), entre outros.

Após a formulação do planejamento da pesquisa que se concretizou em um projeto com o referencial teórico, formulação de questionário e termo de consentimento, fui dia 25/08/2021 para coletar informações, 13/09/2021 à cidade de Angical para conhecer a escola e conversar com a direção e coordenação das escolas. Dia 15/09/2021 foram levados os questionários para que os professores pudessem respondê-lo. Assim, foram realizadas diversas visitas no município e escola campo.

Esta pesquisa é do tipo qualitativa, de caráter exploratório, pois, segundo Gil (2010), a formulação do problema e hipóteses convergem no objetivo da pesquisa exploratória que será desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias de determinados temas.

Medeiros (2014), diz que para que a pesquisa seja exploratória, é preciso estabelecer investigação que contemple informações do objeto da pesquisa, além de orientar a formular hipóteses para o êxito da pesquisa.

3.3 INSTRUMENTOS E COLETAS DE DADOS

Como instrumento de dados foi utilizado um questionário fechado, composto com 11 (onze) questões de múltipla escolha para os professores de Ensino Fundamental II da rede municipal do perímetro urbano do município de Angical na Bahia (APÊNDICE 02). Lakatos e Marconi (2010) explicam que o questionário é um instrumento de coletas de dados constituído por uma série de ordenadas perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Assim, o questionário pode ser enviado via correio, e-mail, onde depois de preenchidos, o pesquisado devolve da mesma forma que foi entregue.

Também, segundo Gil (2010), a elaboração do questionário corrobora com os objetivos, uma vez que consiste em traduzir os objetivos específicos da pesquisa, uma vez desprovido de normas rígidas a respeito de sua elaboração, onde as questões devem ser de preferência fechadas, com perguntas direcionadas ao problema proposto.

No início do mês de agosto foi realizada uma visita na Secretaria de Educação do município para coletar dados preliminares. Foi determinado por critério de escolha as escolas de Educação Básica do Ensino Fundamental II que estivessem no perímetro urbano do município. A proposta da pesquisa na escola selecionada foi realizada no início do mês de setembro, e solicitação dos professores para colaborarem com a pesquisa, com consecutivas visitas da pesquisadora na escola para que os professores pudessem ter acesso a pesquisa.

Distribuídos os questionários pessoalmente para que os professores pudessem responder, e também deixados com a coordenação da escola, para professores que estavam ausentes, e que posteriormente seriam recolhidos.

3.4 OS SUJEITOS E O ESPAÇO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como público alvo os professores de educação básica no Ensino fundamental II, do Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira que está inserida na rede pública municipal do perímetro urbano de Angical na Bahia. A quantidade de professores nessa escola é um total de 25 divididos nos três turnos de funcionamento, sendo o fundamental II manhã e tarde, e o EJA (Educação de Jovens e Adultos) no turno da noite. Com relação a quantidade de alunos, a escola totaliza 561 distribuídos nos turnos.

O Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira foi fundado em 19 de outubro de 1965 denominado CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), posteriormente foi denominado Colégio Angicalense, e atualmente recebe este nome devido um dos idealizadores ter sido o prefeito e um dos estudantes na época da origem.

Figura 02 – entrada da escola

Fonte: autor (2021)

Quanto a infraestrutura, a escola possuem 09 salas de aula. O quantitativo de alunos por sala é de aproximadamente 26 a 36 alunos por sala. Também apresenta uma quadra de esportes, uma biblioteca em que o espaço também contempla utilidades múltiplas, sala de professores, sala de diretoria, secretaria, cozinha, despensa, banheiros para estudantes, banheiro para professores, e área para lazer. Entretanto, é desprovida de sala de informática, laboratório de Ciências, sala de atendimento a estudantes portadores de necessidades especiais.

Figura 03 – área externa com quadra poliesportiva

Fonte: autor (2021)

De junho de 2020 a 15 de setembro de 2021, a escola aderiu ao ensino remoto devido a pandemia do novo coronavírus, que gerou impactos de transformação de aulas presenciais em aulas online. Na escola, foram realizadas vídeo aulas com atividades entregues presencialmente aos responsáveis pelos alunos, sempre seguindo os protocolos de higiene e proteção.

3.5 OS DADOS E A INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA

Com o foco em elaborar e sintetizar ideias foram produzidas 11 perguntas em questionário fechado que foi planejado e elaborado com prévia, para melhor fornecer as respostas ao problema e objetivos propostos e, assim para garantir o êxito da pesquisa com informações representadas com auxílio de gráficos, utilizando o programa Excel versão, 2016.

O Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira tem um quantitativo de 25 professores, divididos nos turnos manhã, tarde e noite, sendo 08 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. A coleta de dados teve adesão de 12 professores do Ensino Fundamental II da Educação Básica que estão alocados nas escolas da sede do município de Angical/BA. Das 12 participações, 04 professores possuem Graduação com Pós-Graduação, 07 possuem Graduação, e 01 professor possui Superior Incompleto. Da quantidade total que responderam ao questionário, 10 são professores concursados. Todos os docentes são funcionários de carreira do magistério.

3.6 A BASE LÓGICA DA PESQUISA E O MÉTODO INVESTIGATIVO

Segundo Medeiros (2014), a evolução da pesquisa científica objetiva contribuir com os diversos setores da sociedade, pois o planejamento e rigor nos critérios de informações processadas e redigidas corroboram com as normas dos métodos consagrados pela ciência, e o campo educacional é de grande interesse social.

Para garantir a abordagem do presente trabalho, buscou-se fazer uma abordagem acerca da materialidade da qualidade da educação em Angical, seguindo o viés do Materialismo Histórico Dialético.

O método dialético é fundamento do materialismo histórico e por definição, a gênese se encontra em Marx e Engels. Através da estrutura econômica o fundamento das estruturas sociais encontra apoio, e consequentemente determinam processos vigentes na sociedade, onde a lógica e a história da humanidade aderem ao percurso dialético, pois contradições se transmutam e originam-se novas contradições e passam a reclamar por soluções (GIL, 2010).

Segundo Martins e Lavoura (2018), a lógica dialética se faz da necessidade de abstração em analisar e investigar traços essenciais da realidade. Há necessidade de se conhecer a lógica dos contrários, onde existe unicidade entre os opostos, pois é preciso saber o objetivo e subjetivo, o individual e social, o interno e externo, tanto a quantidade quanto a qualidade, ou seja, os dualismos que se refere a identidade e exclusão da lógica formal.

Para dialética, a realidade histórica dos fatos é origem de uma explicação abrangente de métodos das ciências sociais. Em sua gênese, é constituída por uma unidade de contrários que funda a dinâmica do processo e o histórico na prática (MEDEIROS, 2014).

Na concepção de Demo (2015), há diálogo no campo do conflito pois entender e desentender fazem parte da totalidade comunicativa, uma vez que diálogo contrário é rico em

autenticidade. Também é importante ressaltar que o conflito em dialética provém de dentro, uma vez que a realidade é sua marca, também pelo fato de a mudança ser do endógeno para o exógeno. Assim, o conflito está na pressão fundada no conflito do poder, no ditar de normas que nem sempre são as melhores no interior principalmente de processos educativos.

Já Frigotto e Ciavatta (2016), denotam que a dialética materialista não sabe desatar a multiplicidade do concreto, uma vez que é permeável na realidade da mudança. A materialidade mundial do capital é força crescente que desacomoda as estruturas sociais para controlar as mesmas.

Portanto, a dialética inserida na educação é campo que fecunda ideias, onde os opostos além de serem unidade de contrários, estão em constante luta para desenvolverem realidade em bases quantitativas quanto qualitativas e vice-versa (MEDEIROS, 2014).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este item ocupa centralidade da pesquisa e foi dividido em dois tópicos para compreensão a saber: O IDEB e sua abordagem na educação básica do ensino fundamental II em Angical/Bahia; as estratégias dos professores e seus desafios diante da problemática. Este tópico da pesquisa está designado a descrever, analisar e interpretar os dados obtidos pelo questionário, mediante o êxito dos objetivos, problema e a confirmar a hipótese da pesquisa.

4.1 O IDEB E SUA ABORDAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL II EM ANGICAL/BAHIA

As avaliações de âmbito nacional e internacional demonstravam que o Brasil enfrentava crise com comprometimento da economia, e o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação surgiu com objetivo melhorar a educação nos níveis e modalidade de ensino pela implementação de programas para ascender os alunos da educação básica em avalições dentro e fora do país (GUIMARÃES-IOSIF, 2009).

Para Libâneo e Toschi (2012), a presença de políticas de avaliação educacional em larga escala tem sido integrada em diversos países desde a década de 80, através de testes padronizados onde são destacados os resultados ou produtos da educação. Nesse raciocínio, a avaliação contempla apenas regulação e controle por parte do estado, o que exclui a essência de avaliar que concebe autonomia à escola e seus respectivos atores atendendo a realidade na prática.

Segundo Brasil (2021), o IDEB criado em 2007 tem por objetivo qualificar cada escola e rede de ensino à proporção que define prioridades nas políticas como no exemplo do Plano de Desenvolvimento de Escolas, assim seus resultados são calculados com base no desempenho do estudante na avaliação e nas taxas de aprovação.

No município de Angical, a taxa de escolarização é dos 06 aos 14 anos de idade é de 96,9% (2010). O IDEB do Ensino Fundamental de 2019 nos anos iniciais foi de 4,8 e nos anos finais a média foi de 3,7. Quanto as matrículas, o Ensino fundamental I e II em 2020 contemplou um total de 2089, enquanto o ensino médio 756 matrículas. Com relação à quantidade de professores nos ensinos fundamental I e II é de 387 docentes e 35 docentes para o nível médio. Com relação às escolas, são 25 escolas de Ensino Fundamental e 01 escola com 02 anexos de nível Médio (IBGE,2021).

Convém ressaltar que o município aderiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ano de 2020. Segundo o MEC, é definida segundo a LDB/1996 e objetiva estabelecer os conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica

Tabela 01 – Notas do IDEB do município de Angical

9º ANO Ensino Fundamental II Angical/Bahia	**IDEB OBSERVADO**	**METAS PROJETADAS**
2011	3.5	3.0
2013	3.0	3.4
2015	3.7	3.7
2017	3.5	4.0
2019	3.7	4.3

Fonte: autor (2021)

Tabela 02 – Notas do IDEB no Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira

9º ANO Colégio Municipal Angicalense	**IDEB OBSERVADO**
2011	3.6
2013	3.1
2015	3.7
2017	3.3
2019	3.2

Fonte: autor (2021)

Pode-se constatar que as notas do IDEB no Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira sofrem uma oscilação. Corrobora com o fato Guimarães-Iosif (2009), quando diz que as notas obtidas nem sempre remetem à qualidade na aprendizagem dos alunos, além dos conteúdos de valor nas avaliações serem de Português e Matemática, menosprezando a importância das demais disciplinas.

4.2 AS ESTRATÉGIAS DOS PROFESSORES E SEUS DESAFIOS DIANTE DA PROBLEMÁTICA

Para Demo (2002), a educação é reconhecida como principal fator capaz de superar a pobreza política, e desenvolver oportunidades de suplantar a ignorância e ser sujeito da sua história. Neste contexto, os professores integram as oportunidades e são atores fundamentais uma vez que sujeito constrói e desconstrói para o melhor aproveitamento de suas práticas pedagógicas.

Em 26 de janeiro de 2012, o Poder Público municipal de Angical sanciona integralmente a Lei Complementar nº 004 que dispõe sobre plano de cargos, salários e carreira do magistério público do município. Como objetivo a eficiência e a evolução da gestão administrativa do serviço público e a valorização e capacitação do Servidor Público Nesta Lei, os profissionais do magistério sendo Educação infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental poderiam ter jornada de 20 ou 40 horas conforme o Artigo 20 dessa lei que diz que:

Art. 20 Os servidores de carreira do magistério estão sujeitos à jornada de trabalho de no máximo 40 (quarenta) horas semanais, podendo no prazo de 90 (noventa) dias optar por uma jornada de 20 (vinte) horas.

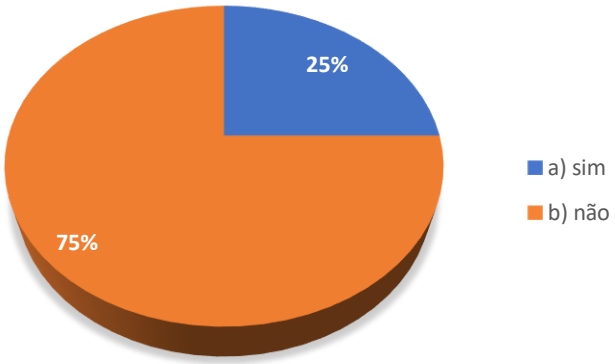
Entretanto, a gestão municipal de Angical na Bahia no ano de 2018, editou o Decreto nº 0428, de 31 de janeiro de 2018, para revogar o regime de 40 horas de trabalho dos professores do município, retornando ao regime de 20 (vinte) de trabalho semanais. As fragilidades de perder direitos adquiridos são congruentes a exclusão da liberdade econômica e pessoal de dignidade do trabalhador da educação.

Para Guimarães-Iosif (2009), os docentes confrontam com desafios de condições de trabalho precárias, políticas educacionais desprovidas de eficiência, dificuldades em lidar com alunos e com a família, ambientes neoliberais, formação precária ante as dificuldades, onde não se trata de crucificar os professores que são um elo da cadeia, mas dar a eles atenção especial.

Frigotto e Ciavatta (2016), abordam formas violentas de alienação da classe trabalhadora, com as políticas neoliberais de estado mínimo onde se ver a face destrutiva do capital, metamorfoseado em desregulamentação, destruição de direitos e flexibilidade no trabalho. As políticas que destroem o conjunto de direitos sociais subjetivos que outrora foram conquistados, flexibilizam o trabalho, e instauram a insegurança, culminando na precariedade da alimentação, educação, saúde, habitação, entre outros setores que são atingidos.

Entretanto, quando questionados se a profissão contempla suas realizações, 75% dos professores deixaram evidente que este é insuficiente para demandas pessoais e econômicas.

Figura 04: A profissão contempla realizações pessoais e econômicos

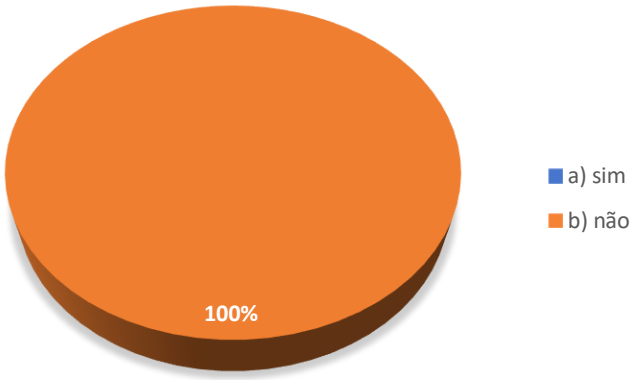


Fonte: Autor (2021)

Para se garantir padrão de qualidade educativa é necessário que as condições de trabalho satisfaçam as necessidades do profissional e também dê conta de valorizar e engajar pedagogicamente, tecnicamente e politicamente os professores para que possa construir a qualidade social capaz de promover formação sólida, crítica, ética de inclusão de todos ao processo educativo (LIBÂNEO E TOSCHI, 2012).

Quando perguntado se o salário é suficiente fonte de renda, todos os professores consideram que o salário é fonte de renda insuficiente. Porém, questionados se pretendem mudar de profissão, todos demonstraram que pretendem permanecer na profissão.

Figura 05 : O IDEB contempla a realidade da escola publica em Angical



Fonte: Autor (2021)

Na figura 05, quando questionados a respeito se o IDEB contempla a realidade da escola pública em Angical fornece o fundamento do problema deste trabalho. Houve unanimidade da resposta não, o que se entende a singularidade da realidade local.

A educação, fator fundamental para cidadania onde se frutifica a construção das realidades sociais pautados em sua cultura. Existe um processo cultural de assimilação e valores, normas, representação simbólicas que efetivam a construção social, em que o profissional professor é sujeito de sua trajetória, e a participação na formação social, congruentes a capacidade de domínio de desafios que se concretizam no ambiente de trabalho (DEMO, 2004).

De acordo com os ensinamentos de Frigotto e Ciavatta (2016), quando se aborda a realidade é preciso reconstruir o conhecimento na sua história, pois ao sujeito é dado a oportunidade de acolhimento e incorporação da realidade. Existem caminhos que fragmentam essa realidade e mascaram em sistemas fechados que longe de resolverem o problema, apenas intensificam metamorfoseando a realidade.

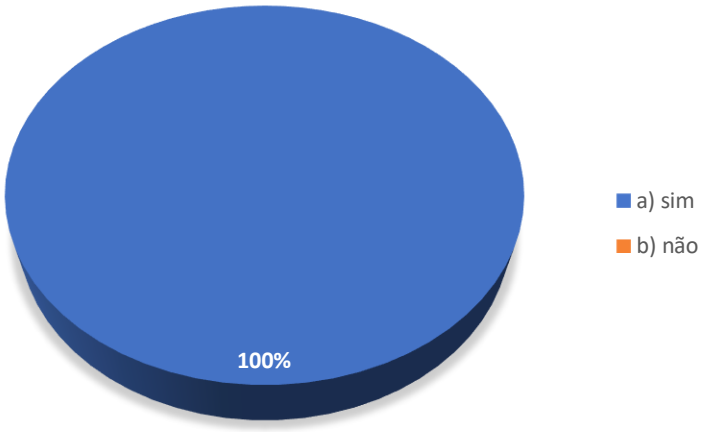
Para compreender melhor a realidade educacional que está inserido, o professor precisa estabelecer metas e superar as situações adversas, além de acreditar em suas ações e no desempenho dos seus alunos, permitindo flexibilidade e mobilização de recursos cognitivos para que aflore as respostas práticas exigidas pelo sistema produtivo de ensino (LANDINI E PEREIRA, 2015).

Para Guimarães-Iosif (2009), basear a questão educacional em primórdios de neutralidade, desprovida de diálogo com seus atores, descompromissada com a

responsabilidade social, impõe limites na participação e consequentemente enfraquece instituições o que pode gerar o agravamento de políticas ineficazes que se ocupa na opressão, em colonizar mentes, ou corromper, o que tendem a agravar a pobreza, desigualdade social e injustiça. Assim, os baixos índices de aprendizagem refletem situação estreita com a origem social de alunos, porém, combater a pobreza e desigualdade social é o princípio norteador para se ter aumento da qualidade educacional.

A respeito do interesse em buscar os dados do IDEB referentes à escola de trabalho, houve unanimidade na resposta sim.

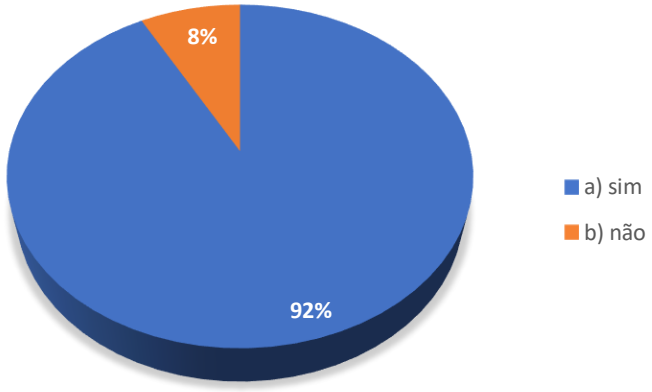
Figura 06 : Interesse em buscar dados referentes à avaliação do IDEB na escola que trabalha



Fonte: Autor (2021)

Segundo Landini e Pereira (2015), é preciso para as políticas públicas no âmbito internacional o desenvolver práticas de docência e ensino que atendam às necessidades inseridas nas diversas localidades, além de dar suporte aos países para dar subsídios nas condições de trabalho e consequentemente tornar a profissão atrativa e efetiva.

Figura 07 : O municipio de Angical oferece subsídios para formação continuada



Fonte: Autor (2021)

Com relação a formação continuada, esta questão está inserida no primeiro e terceiro objetivos específicos desta pesquisa. Angical que está inserido no Oeste da Bahia oferece subsídios para formação dos seus professores? A maioria dos professores afirmaram que o município oferece o suporte, porém, é importante enfatizar que formação continuada auxilia na prática pedagógica, para o enfrentamento dos desafios da educação.

Porém, quando questionados sobre os recursos didáticos que podem dar um maior suporte e transformar as aulas mais atrativas, se o município disponibiliza materiais como computadores, Datashow, laboratório, revista científica, todos responderam que sim, mas, apenas têm acesso ao computador.

O saber sistematizado é essencial nas escolas, entretanto, conteúdos clássicos são necessários à medida que o docente organiza e relaciona o processo de ensino, e os conteúdos científicos favorecerão as condições psicológicas dos alunos para que possam articular o aprendizado com a realidade vivida (MARSIGLIA *et al*, 2017). Portanto, dar oportunidade ao professor de ter acesso a revistas científicas, laboratório, e outros aparatos pedagógicos favorecerá os conhecimentos essenciais para o contínuo da aprendizagem, e consequentemente melhorar a qualidade da educação.

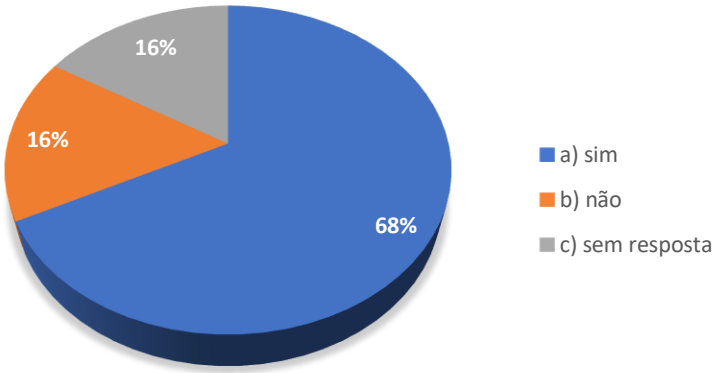
Noutro giro, Demo (2002) diz que o professor da educação básica sofre carência de pesquisa, e é importante materiais de auxílio, além da disponibilidade ao acesso as informações

de cunho científico para professores no ambiente escolar que viabilize as possiblidades de interferência crítica, além de norteá-los a exercer o papel de produtores do conhecimento e não apenas transmissores de informações.

Outra pergunta importante foi a questão referente à merenda escolar, se o professor considera que tem nutrientes suficientes para os alunos, apenas 1 professor acredita não ser suficiente, enquanto que 92% dos professores acham ser suficiente de nutrientes para o bom aprendizado.

Com relação a merenda escolar, Voorwald (2017), diz que para uma alimentação adequada para alunos, é preciso objetivar o combate à desnutrição, bem como a preservação da saúde tanto mental quanto física de discentes, o promover educação alimentar e incentivar frequência nas aulas.

Figura 08: Os dados do IDEB são usados para planejamento de ações pedagógicas



Fonte: Autor (2021)

Quando questionados se os dados do IDEB são utilizados para planejamentos, uma vez que as analises desta avaliação lança metas para serem alcançadas a longo prazo, 16% responderam que não, 68% dos professores responderam que sim, e obteve-se um percentual de 16% que deixaram de marcar a questão.

Para o planejamento de ações pedagógicas, as políticas públicas precisam ter eficiência em programas de educação com pilares, estratégias e intervenção de curto, médio e longo prazo.

Necessidade de valorização e investimentos, o aprimoramento de ações com foco nos resultados dos alunos, viabilidade de mecanismos financeiros para fins de organização das estruturas escolares, além de mobilizar, engajar e responsabilizar a rede pública, a sociedade e alunos no processo de ensino e aprendizagem (VOORWALD, 2017).

Diante dos desafios enfrentados com o IDEB, é preciso por parte dos professores construção de metas individuais, acreditar nas potencialidades, ações, mesmo que a valorização subjetiva esteja isolada, superar situações adversas está intrínseco na profissão (LANDINI e PEREIRA, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa buscou entender como os professores da Educação Básica do fundamental II em Angical/BA interpretam dados obtidos com os mecanismos que buscam monitorar a qualidade da educação no Brasil, em especial, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e se esses dados denotam a realidade do município, assim como analisados para referência e interferência na busca pela qualidade.

Educação básica de qualidade é fator importante, porém, para se atingir as metas é necessário planejar e monitorar procedimentos a serem executados pela escola, respeitando sua realidade.

Portanto, foi constatado necessidade de melhoria da infraestrutura para que os professores tenham favoráveis condições de trabalho, bem como, facilitar o acesso ao contínuo do aperfeiçoamento e assim fornecer condições para avanço da carreira, combate a evasão escolar, participação familiar na escola, além de denotar a importância que o salário consiga atender as necessidades pessoais e familiares, também situar a profissão do magistério atrelado a importância social para que os professores se sintam valorizados.

Devido a este estudo, foi possível verificar que os professores do Colégio Municipal Prefeito Florisvaldo Ferreira de Angical-Ba, apresentaram conhecimento acerca da avaliação externa (IDEB), e este tema precisa ser trabalhado em todas as disciplinas, necessitando de formação contínua, valorização salarial, para que os professores se sintam respeitados , e ao poder público o promover ações e investimento na formação continuada, capacitações para os professores, salários dignos, que as políticas públicas relacionadas à educação estejam amparadas na inclusão social.

6 REFERÊNCIAS

_____. Decreto nº 0428, de 31 de janeiro de 2018, Angical. Disponível em: https://angical.ba.gov.br/ . Acesso em 22 de maio de 2021.

_____. Lei Complementar nº 004 de 26 de janeiro de 2012, Artigo 20, Angical. Disponível em: https://angical.ba.gov.br/. Acesso em 20 de maio de 2021.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 27 de agosto de 2019.

_____. IBGE. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/angical/panorama. Acesso em 18 de agosto de 2019.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em 28 de setembro de 2021.

BRASIL, Constituição Federal /1988. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616954/artigo-150-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1988. Acesso em 15 de julho de 2019.

BRASIL, PORTAL DO INEP. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/ideb. Acesso dia 13 de julho de 2018.

BERNUSSI, Mariana Medeiros. **O Multilateralismo Educacional**: A abordagem das Organizações Internacionais em relação à Educação. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-13102014-170412/pt-br.php. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

CHIRINÉA Melanda Andréia, Brandão da Fonseca Carlos. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000200461#B001. Acesso em 27 de agosto de 2019.

COELHO, M. I. M**. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

DAROS Jr. Armando. **A presença da OCDE no Brasil no contexto da avaliação educacional**. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/29148. Acesso em 22 de maio de 2020.

DEMO, Pedro. **Educação e Conhecimento**: relação necessária, insuficiente e controversa. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DEMO, Pedro**. Desafios Modernos da Educação**. 13ª ed. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2004.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 11ª ed. Campinas SP: Autores Associados, 2015.

FERREIRA Jr., Amarilio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270903884_Historia_da_Educacao_Brasileira_da_Colonia_ao_seculo_XX . Acesso em 25 de agosto de 2019.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA M. **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GOMES Suzana dos Santos, MELO Savana Diniz Gomes de. **Políticas de Avaliação e Gestão Educacional: articulações, interfaces e tensões.** 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/XPR5pcqL5Zq4P7DQfMRhsxn/?lang=pt. Acesso em 08 de agosto de 2021.

GUIMARÃES-IOSIF Ranilce. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para cidadania global emancipada.** Brasília: Líber Livro, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/angical/panorama. Acesso em 18 de agosto de 2020.

LANDINI Sonia Regina, PEREIRA Gisele Adriana Maciel. **Trabalho docente, avaliações em larga escala e o complexo da desrealização e estranhamento**. Revista Fundamentos, V.2, n.2, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-275. Acesso em 15 de maio de 2021.

LAKATOS Eva Maria, Marconi Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LESSA, Paula Batista. Os PCN em materiais didáticos para a formação de professores / 2012. Disponível em: http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Tese-Paula-Batista-Lessa1.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2019.

LIBÂNEO José Carlos, TOSCHI Maria Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOURENÇON, Bárbara Negrini. A POLÍTICA DE SEMIFORMAÇÃO DE PROFESSORES. UNESP – Araraquara Disponível em: VIII CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES – 2005. Acesso em 06 de agosto de 2021.

MARTINS L. Márcia, LAVOURA T. Nicola. **Materialismo histórico-dialético**: contributos para a investigação em educação. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 09 de setembro de 2021.

MEDEIROS Joao Bosco, H.Antonio**. Monografia no Curso de Direito**: Como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). 8ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 2014.

MINISTÉRIO da Educação. IDEB. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb. Acesso em 12 de julho de 2019

MENEGAT, Jardelino, Meira Seniw Rafael, Lindermann Júlio César. **O direito à educação de qualidade:** reflexões sobre o cenário educacional brasileiro no contexto global. Disponível em: < https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5735950.pdf >. Acesso em 17de agosto de 2019.

Plano Nacional da Educação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/plano-nacional-de-educacao/historico>. Acesso em 02 de julho de 2019.

SILVA, Késia Tosta. **ANÁLISE DA QUALIDADE DO IDEB COMO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**: um estudo de caso no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Disponível em: < http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/KESIA-SILVA-TOSTA.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2019.

VOORWALD, H.J.C. **A educação básica pública tem solução?**1ª ed. São Paulo: UNESP, 2017.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 anos depois: Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. – 2ª edição - São Paulo: Ática, 1994.

APÊNDICE 01

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IX

COLEGIADO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE PARA PROFESSORES

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO NO466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

01 – Dados de identificação

Nome do Participante: _____

Sexo: F ( ) M ( )

Endereço: _____Complemento:_____

Bairro: _____ Cidade: _____ Telefone: ( ) /( ) _____

02- Dados da pesquisa:

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO BÁSICA E IDEB: UM DESAFIO PARA PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS EM ANGICA/BAHIA

Pesquisadores responsáveis: Fábio Oliveira e Valdete Silva dos Santos (graduanda do curso de licenciatura em Ciência Biológicas – UNEB)

Professor Orientador: Fábio Oliveira

Telefone: (77) 981029637

Email: valddete__santos@hotmail.com

03- Explicações ao participante com relação à pesquisa:

Prezado (a) colaborador (a)

Este é um convite para que você responda às perguntas deste questionário de forma voluntária em totalidade. Preliminarmente, é importante que deixar claro as informações e instruções contidas neste documento, para que você compreenda e decida a participar da

pesquisa. A pesquisadora estará disponível para sanar todas as dúvidas com relação à pesquisa. Você tem o direito de desistir a qualquer momento da pesquisa, sem que sofra alguma penalidade.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as notas do IDEB no município de Angical/Bahia destacando se esses parâmetros refletem a realidade vivida no município.

Os procedimentos caracterizam pela sua participação nesta pesquisa que consistirá no preenchimento do questionário de dez questões que envolverão:

- O significado do IDEB para você;
- As relações sobre os resultados entre você e os pais dos alunos;
- Preparação do corpo docente para enfrentamento das avaliações;
- Providencias tomadas na escola com relação as notas do IDEB.

Quanto a benefícios, riscos e sigilo, esta pesquisa tem como benefício maior conhecimento sobre o tema abordado. Não representará perigo de ordem física ou psicológica para você. Além disso, as informações recebidas terão privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis, o público da pesquisa não será identificado em momento algum na apresentação dos dados.

Consciente e em acordo ao que foi abordado acima, eu ....., estou de acordo em participar desta pesquisa assinando este consentimento em duas vias, ficando com uma delas.

As informações que se referem ao item 01 deste termo de consentimento é para que se caso precise sanar alguma dúvida, entre em contato.

Com as orientações devidas sobre a pesquisa intitulada: EDUCAÇÃO BÁSICA E IDEB: UM DESAFIO PARA PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL EM ANGICAL/BAHIA, concordo em participar sob minha livre e espontânea vontade, de forma voluntária, e autorizo que os dados possam ser apresentados e publicados em eventos de cunho científico, desde que minha identificação permaneça em sigilo.

ao pesquisador e outra via a mim

Angical, _____ de _____de 2021

_____

Assinatura do participante da pesquisa

_____	_____
Assinatura do pesquisador discente (Orientanda)	Assinatura do professor responsável (Orientador)

APÊNDICE 02

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IX COLEGIADO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Esta pesquisa pertence ao Trabalho de Conclusão de Curso da discente Valdete Silva dos Santos, cujo Orientador é o Profº Mcs Fábio de Oliveira. Você está convidado a colaborar com a pesquisa, sua participação é essencial para o êxito da mesma. A pesquisa que tem como título: **Educação básica e IDEB: um desafio para professores da escola pública municipal em Angical/Bahia**.

1. Com relação a sua formação acadêmica:

a) ( ) Ensino Superior e Pós graduação;

b) ( ) Ensino Superior Completo;

c) ( ) Ensino Superior Incompleto;

d) ( ) Magistério ou outro técnico.

2. Qual o seu vínculo empregatício com a Secretaria de Educação Municipal de Angical/Bahia?

a) ( ) Professor (a) concursado (a).

b) ( ) Professor (a) contratado (a).

3. Você considera que sua profissão contempla seus anseios, realizações pessoais e econômicas?

a) ( )Sim

b) ( )Não

4. Você considera que seu salário é uma fonte de renda suficiente?

a) ( ) Sim

b) ( ) Não

5. Com relação ao seu trabalho, você pretende:

a) ( )Permanecer nele, pois está realizado (a) com a profissão.

b) ( ) Mudar de área, pois estou insatisfeito.

6. Você acha que o IDEB contempla a realidade da escola pública em Angical?

a) (   ) Sim

b) (   ) Não

7. Você se interessa em buscar dados referentes à avaliação do IDEB na escola que trabalha?

a) (   ) Sim

b) (   ) Não

8. Uma das questões para que o aluno aprenda bem é estar bem alimentado. Você acha que a merenda na escola tem os nutrientes necessários para o bom aprendizado do aluno?

a) (   ) Sim

b) (   ) Não

9. Você tem acesso a recursos didáticos que o auxilie a preparar aulas diferenciadas como Datashow, laboratório, revista científica, computador?

a) ( ) Sim

b) ( ) Não

10. O município de Angical oferece subsídios para a formação continuada?

( ) Sim

( ) Não

11. Vocês utilizam os dados do IDEB para planejar ações pedagógicas?

( ) Sim

( ) Não